

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.194 - SP (2019/0302073-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : GUSTAVO VINICIUS ALMEIDA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : GUSTAVO VINICIUS ALMEIDA DE OLIVEIRA - SP0389620
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : C F F DOS S B (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de C F F DOS S B, na qual se pretende a revisão de decisão monocrática de Integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2222998-80.2019.8.26.0000, que indeferiu pleito liminar em *writ* impetrado na mencionada Corte.

Nesta via, o impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal a ensejar a superação da Súmula 691/STF.

Sustenta que a internação provisória carece de fundamentação idônea, pois foi motivada na gravidade abstrata do ato infracional, aduzindo, ainda, que houve violação ao art. 108, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente e ao enunciado da Súmula 492/STJ.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja determinada a imediata liberação do paciente.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça, "na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, entende que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem" (AgRg no HC 417.895/TO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular. É que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo ainda as seguintes considerações (e-STJ, fls. 39-40):

[...]

Consta da representação que no dia 30 de abril de 2019, o adolescente Cauan, transportava e trazia consigo, para fins de tráfico, 01 porção de maconha, pesando 0,75 gramas, bem como guardou, 10 porções da mesma substância, pesando 7,89 gramas.

No caso, a autoridade apontada como coatora justificou o decreto de internação provisória do adolescente ao argumento de que: "Decreto a custódia cautelar do representado, atendendo ao requerimento formulado pelo Ministério Público, por reputar presentes os pressupostos

Superior Tribunal de Justiça

exigidos pelos artigos 108, par. ún. , do ECA, a saber prova da materialidade da infração e indícios suficientes da autoria. Observo, ainda, que o ato infracional atribuído ao adolescente é atividade de extrema nocividade social, mostrando-se adequada e necessária a internação provisória para garantir a ordem pública e proteger o próprio adolescente infrator, o qual, segundo informações preliminares constantes dos autos, estaria comercializando entorpecentes e cobrando suposta dívida de drogas. Outrossim, importante ressaltar que os requisitos do artigo 122, do Estatuto da Criança e Adolescente, somente se aplicam nas hipóteses de internação definitiva, sendo que os requisitos para a internação provisória estão previstos no artigo 174, do mesmo diploma: "pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública" Ao lado da garantia de ordem pública, exposta a possíveis recidivas por parte do paciente, somados os motivos acima, de rigor a internação provisória.

Como bem ensina Válder Kenji Ishida, "no tráfico de drogas, a quantidade de entorpecentes; sua diversidade; a explícita intenção de mercancia pode ser motivo que justifique a medida cautelar Feita essa primeira análise, deve o julgador aferir se existe risco à segurança pessoal do adolescente infrator. Dentro da doutrina da proteção integral, deve o magistrado verificar o risco de liberação do adolescente. Por exemplo, se solto, voltar à via pública e à companhia de traficantes, então para a segurança e integridade do próprio adolescente, deve ser decretada a internação provisória". 1 (grifos nossos) Assim, após atenta análise dos autos, sem resvalar no mérito da ordem, não se verifica, primo oculi, ilegalidade palpável na r. decisão, que não se mostra distante dos padrões mínimos de juridicidade.

Não ocorrem, outrossim, as hipóteses de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia jurídica.

E sob tais premissas, não constato, na espécie em exame, a ocorrência do alegado constrangimento ilegal.

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, tendo sido declinadas justificativas plausíveis para o indeferimento da cautela almejada, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno

Superior Tribunal de Justiça

deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.
Publique-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

